

**JOSÉ JANGUIÊ BEZERRA DINIZ**

# **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

- **Ação Civil Pública**
- **Ação Anulatória**
- **Ação de Cumprimento**

**2ª edição**  
**Revista, atualizada**  
**e ampliada**



- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa  
*Copyright © 2017 by*  
**EDITORA ATLAS LTDA.**  
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional  
Rua Conselheiro Nébias, 1384 ... Campos Elíseos – 01203-904 ... São Paulo – SP  
Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770  
faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).  
Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Danilo Oliveira
- A partir da 2ª edição, a obra *Ministério Público do Trabalho* passou a ser publicada pela Editora Atlas.
- Fechamento desta edição: 12.04.2017
- CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Diniz, José Janguê Bezerra

Ministério Público do Trabalho: ação civil pública, ação anulatória, ação de cumprimento / José Janguê Bezerra Diniz. ... 2. ed. rev., atual. e ampl. ... São Paulo: Atlas, 2017.

Inclui bibliografia e índice  
ISBN 978-85-97-01173-9

1. Direito do trabalho – Brasil. 2. Justiça do trabalho. 3. Processo trabalhista – Brasil.
- I. Título.

## SUMÁRIO

.....

### PARTE I

<b>Capítulo I – Organização da Justiça do Trabalho</b> .....	3
1.1 Considerações iniciais .....	3
1.2 ●origem e estrutura da Justiça do Trabalho .....	4
1.2.1 Órgãos da Justiça do Trabalho .....	9
1.2.1.1 Varas do trabalho .....	9
1.2.1.2 Juízes de Direito .....	14
1.2.1.3 Tribunais regionais do trabalho .....	14
1.2.1.4 Tribunal Superior do Trabalho.....	19
1.2.1.5 Supremo Tribunal Federal .....	25
1.3 Justiça do Trabalho e Direito alternativo .....	26
1.3.1 Considerações iniciais .....	26
1.3.2 Direito alternativo e uso alternativo do Direito.....	27
1.3.2.1 Uso alternativo do Direito.....	27
1.3.2.2 Direito alternativo.....	28
1.3.3 ● uso alternativo do Direito do Trabalho.....	28
1.3.4 A alternatividade e relações coletivas do trabalho .....	29
1.3.5 ● uso alternativo do Direito do trabalho e a Lei 8.009/1990....	29
1.3.6 Conclusões .....	31

### PARTE II

<b>Capítulo II _ Ministério Público</b> .....	35
2.1 A evolução histórica do órgão ministerial .....	35

<b>Capítulo III – O Ministério Público no direito estrangeiro .....</b>	<b>41</b>
3.1    Direito comparado .....	41
3.1.1    Diversidade (multiplicidade) dos Direitos contemporâneos – diferentes famílias – diferentes sistemas .....	45
3.1.1.1    Família romano-germânica ( <i>civil law</i> ou <i>continental law</i> ) .....	46
3.1.1.2    Família da <i>common law</i> .....	48
3.1.1.3    Relações entre as duas famílias .....	49
3.1.1.4    Família dos Direitos socialistas .....	49
3.1.1.5    Outros sistemas .....	50
3.2    O Ministério Público nos países da <i>common law</i> e <i>civil law</i> .....	53
3.2.1    França .....	54
3.2.2    Portugal .....	63
3.2.3    Itália .....	74
3.2.4    Alemanha .....	78
3.2.5    Espanha .....	82
3.2.6    Inglaterra .....	83
3.2.7    Estados Unidos .....	85
3.3    Conclusões acerca da posição institucional do Ministério Público no Direito comparado .....	91
<b>Capítulo IV – O Ministério Público no Brasil .....</b>	<b>93</b>
4.1    Origens do Ministério Público no Brasil .....	93
4.2    Evolução do Ministério Público nas Constituições brasileiras .....	101
4.2.1    Império .....	101
4.2.2    Constituição de 1824 .....	103
4.2.3    Constituição de 1891 .....	104
4.2.4    Constituição de 1934 .....	105
4.2.5    Constituição de 1937 .....	106
4.2.6    Constituição de 1946 .....	106
4.2.7    Constituição de 1967/1969 .....	106
4.2.8    Constituição Federal de 1988 .....	109
<b>Capítulo V – Conceito, princípios, garantias, prerrogativas, direitos, deveres e vedações .....</b>	<b>113</b>
5.1    Conceito .....	113
5.2    Princípios .....	113
5.2.1    Conceito .....	113

5.2.2	Princípios do Ministério Público.....	118
5.2.2.1	Unidade.....	118
5.2.2.2	Indivisibilidade .....	119
5.2.2.3	Independência funcional.....	119
5.2.2.4	Indisponibilidade.....	119
5.2.2.5	Irrecusabilidade .....	120
5.2.2.6	Irresponsabilidade.....	121
5.2.2.7	Devolução.....	121
5.2.2.8	Substituição .....	121
5.2.2.9	Administrativa e financeira .....	121
5.2.3	Princípio constitucional do promotor natural .....	122
5.3	Garantias .....	126
5.3.1	Vitaliciedade .....	127
5.3.2	Inamovibilidade .....	127
5.3.3	Irredutibilidade salarial .....	128
5.4	Prerrogativas.....	128
5.4.1	Prerrogativas.....	129
5.4.1.1	Das prerrogativas da LC 75/1993 .....	129
5.4.1.2	Processuais .....	135
5.4.2	Das prerrogativas da Lei 8.625/1993 .....	136
5.5	Direitos e deveres .....	138
5.6	Vedações.....	140
<b>Capítulo VI – Natureza jurídica do Ministério Público .....</b>		<b>143</b>
6.1	O princípio da tripartição de poderes .....	143
6.2	A natureza jurídica .....	146
<b>Capítulo VII – Organização do Ministério Público no Brasil.....</b>		<b>161</b>
7.1	Estrutura do Ministério Público no Brasil.....	161
7.2	Ministério Público como parte .....	164
7.3	Ministério Público como fiscal da ordem jurídica.....	164
7.4	Direitos ou interesses tutelados (interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos).....	165
7.4.1	Considerações iniciais .....	165
7.4.2	Interesses ou direitos difusos.....	167
7.4.3	Interesses ou direitos coletivos.....	167
7.4.4	Interesses ou direitos individuais homogêneos.....	168

7.5	A atuação do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas .....	169
7.5.1	Histórico .....	169
7.5.2	O Tribunal de Contas e as Constituições do Brasil .....	170
7.5.3	O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.....	171
7.6	O Ministério Público como guardião da cidadania .....	174
<b>Capítulo VIII – Ministério Público do Trabalho no Brasil .....</b>		<b>187</b>
8.1	Parte histórica .....	187
8.2	Órgãos do MPT .....	188
8.2.1	O Procurador-Geral do Trabalho .....	188
8.2.2	O colégio de Procuradores do trabalho .....	189
8.2.3	O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho.....	189
8.2.4	A Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho .....	190
8.2.5	A Corregedoria do Ministério Público do Trabalho.....	191
8.2.6	Os Subprocuradores-gerais do trabalho .....	191
8.2.7	Os Procuradores Regionais do Trabalho .....	191
8.2.8	Os Procuradores do trabalho .....	191
8.3	Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos de conteúdo trabalhista.....	192
8.4	Formas de atuação do Ministério Público do Trabalho .....	194
8.4.1	Judicialmente .....	194
8.4.2	Extrajudicialmente .....	201
8.4.2.1	O Ministério Público do Trabalho na erradicação do trabalho infantil e na proteção do trabalho do adolescente .....	202
8.4.2.2	O Ministério Público do Trabalho na erradicação do trabalho forçado .....	210
8.4.2.3	O Ministério Público do Trabalho contra as práticas discriminatórias .....	212
8.4.2.4	O Ministério Público na proteção da liberdade e a dignidade no emprego .....	215
8.4.2.5	O Ministério Público do Trabalho no combate às falsas cooperativas .....	217
8.4.2.6	O Ministério Público do Trabalho na defesa da probidade administrativa e contra as contratações irregulares.....	220
8.4.2.7	O Ministério Público e o meio ambiente de trabalho .....	224

8.4.2.8	O Ministério Público do Trabalho nas ações declaratórias de nulidade de cláusulas ilegais de acordos e convenções coletivas.....	225
8.4.2.9	O Ministério Público do Trabalho na fiscalização do regular exercício do direito de greve nas atividades essenciais .....	234
8.4.2.10	Condomínio de empregadores no meio rural ...	242
8.5	O inquérito civil público no âmbito da Justiça do Trabalho .....	243
8.6	Arguição da prescrição por membros do Ministério Público do Trabalho em favor de entes públicos .....	247
8.7	Ministério Público do Trabalho – Dificuldades atuais.....	256
<b>Capítulo IX – Atuação do Ministério Público do Trabalho como árbitro nos dissídios de competência da Justiça do Trabalho .....</b>		<b>261</b>
9.1	Introdução.....	261
9.2	Origens e evolução da arbitragem .....	262
9.3	Arbitragem como forma de solução dos conflitos trabalhistas .....	271
9.4	Atuação do Ministério Público como árbitro.....	279

## PARTE III

<b>Capítulo X – Ação civil pública .....</b>		<b>291</b>
10.1	Considerações iniciais .....	291
10.2	Instrumentos legais básicos.....	292
10.3	Conceito de ação civil pública.....	294
10.4	Direitos ou interesses tutelados.....	296
10.4.1	Interesse público, interesse difuso e interesse coletivo .....	298
10.4.2	Meio ambiente .....	300
10.4.3	Consumidor.....	301
10.4.4	Patrimônio cultural e patrimônio público.....	302
10.5	Objeto e pedido .....	303
10.5.1	Condenação em dinheiro.....	303
10.5.2	Obrigação de fazer e de não fazer.....	304
10.6	Legitimação ativa.....	305
10.6.1	Da legitimação das associações.....	306
10.6.2	Da legitimação do Poder Público.....	306
10.6.3	Da legitimação subsidiária.....	307

10.7	Legitimação passiva .....	309
10.8	Juízo competente .....	310
10.9	Processo e procedimento.....	314
10.10	Tutela provisória no âmbito da ação civil pública .....	315
10.11	Processamento.....	317
10.12	A decisão e a coisa julgada .....	318
10.13	Execução da ação civil pública .....	321
10.14	As ações civis públicas e o Direito material .....	324
10.15	Responsabilidade .....	325
10.16	Ação civil pública não é forma paralela de declaração de inconstitucionalidade.....	325
10.17	A ação civil pública no mercado de capitais .....	327
10.18	A ação civil pública na defesa do consumidor.....	328
10.19	A ação civil pública no Estatuto da Criança e do Adolescente.....	329
10.20	Ação civil pública para proteção às pessoas portadoras de deficiência .....	331
10.21	A tutela dos interesses difusos no direito comparado .....	331
10.22	A ação civil pública na Justiça do Trabalho.....	332
10.22.1	Considerações iniciais .....	332
10.22.2	Interesses difusos e coletivos de conteúdo trabalhista.....	333
10.22.3	Legitimação .....	337
10.22.4	Da competência .....	340
10.22.5	Objeto .....	344
10.22.6	Processamento .....	344
10.22.7	Conclusões.....	345
10.22.8	Modelo de ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho.....	346
<b>Capítulo XI – Ação anulatória .....</b>		<b>351</b>
11.1	Introdução.....	351
11.2	Organização sindical no Brasil.....	351
11.2.1	Considerações preambulares .....	351
11.2.2	Liberdade e unidade sindical.....	352
11.2.3	Natureza jurídica .....	355
11.2.4	Prerrogativas e deveres .....	356
11.2.5	Estatuto e patrimônio.....	361
11.2.6	Direitos e deveres do sindicalizado.....	364
11.2.7	Federação e confederação.....	366
11.2.8	Servidores públicos civis e militares.....	367



11.2.9	Limitação dos dirigentes sindicais.....	368
11.2.10	Das estabilidades .....	369
11.2.10.1	Estabilidade provisória do cipeiro .....	369
11.2.10.2	Gestante .....	370
11.2.10.3	Concedida através de contratos coletivos .....	371
11.2.10.4	Concedida através de sentença normativa .....	371
11.2.10.5	Dos trabalhadores representantes do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS).....	372
11.2.10.6	Dos trabalhadores membros do Conselho Curador do FGTS .....	372
11.2.10.7	Contratual.....	372
11.2.10.8	Dirigentes de cooperativas.....	372
11.2.10.9	Acidentados durante o trabalho e no exercício do serviço militar .....	373
11.2.10.10	Dos empregados eleitos membros de comissão de conciliação prévia .....	373
11.2.10.11	Estabilidade provisória do dirigente sindical ....	373
11.3	Ação anulatória.....	376
11.3.1	Considerações iniciais sobre ação anulatória .....	376
11.3.2	Breve histórico da ação anulatória no Direito brasileiro ....	378
11.3.3	A <i>actio nullitatis</i> nas legislações alienígenas .....	380
11.3.4	Conceito de ação anulatória .....	381
11.3.5	Natureza jurídica .....	382
11.3.6	Diferenças entre a ação anulatória e a ação rescisória .....	382
11.3.7	A ação anulatória no direito civil .....	383
11.3.8	Ação anulatória no direito do trabalho .....	384
11.3.9	A atuação do Ministério Público do Trabalho na anulação de cláusulas, acordos e convenções coletivas de trabalho ...	385
11.3.10	Legitimidade ativa e legitimidade passiva .....	386
11.3.11	Competência .....	387
11.3.12	A ação anulatória de cláusulas versantes sobre o desconto assistencial e confederativo .....	389
11.4	Conclusões .....	390
11.5	Modelo de ação anulatória .....	391
<b>Capítulo XII - Ação de cumprimento.....</b>		<b>395</b>
12.1	Considerações iniciais e natureza jurídica.....	395
12.2	Cabimento e competência .....	398

12.3	Legitimidade ativa e passiva .....	401
12.4	Outras questões processuais e procedimentais .....	403
12.5	Modelo de ação de cumprimento na Justiça do Trabalho .....	407
<b>Anexo I – Legislação .....</b>		<b>409</b>
<b>Anexo II – Jurisprudência .....</b>		<b>523</b>
<b>Bibliografia .....</b>		<b>553</b>
<b>Trabalhos publicados do autor .....</b>		<b>571</b>
<b>Estudos jurídicos publicados em revistas de direito de circulação nacional ....</b>		<b>573</b>